

Bloco

Para fazer
o que nunca
foi feito

INFOMAIL



Mariana
Mortágua

Manuel
Canudo

Por Évora

LEGISLATIVAS 2024

Depois de 10 de março, Portugal será diferente. A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O **Bloco** é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

Candidatura do Bloco
por Évora → PÁG.4

 PALESTINA LIVRE
FIM AO GENOCÍDIO

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença étnica.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.



Candidatos pelo distrito de Évora



Manuel Canudo
23 anos, professor



Patrícia Correia Rico
32 anos, médica



Pedro Ferreira
45 anos,
engenheiro informático



Maria Josefina Palma
69 anos,
técnica de restauro



Vicente Carvalho de Sá
61 anos, ator



Cândida Cardoso
46 anos,
assistente social



MANDATÁRIO

José Eliseu Pinto
70 anos, sociólogo



Esquerda de confiança



Conhece o nosso programa em ↙

programa2024.bloco.org



Recebe as novidades do Bloco ↙

Fazer o que nunca foi feito

NA HABITAÇÃO A crise da habitação sente-se no país e no nosso distrito. O desinvestimento no interior aliado a uma estratégia de crescimento económico assente no turismo e no imobiliário provocou esta crise. É necessário investimento público que devolva dignidade à população: uma casa para viver.

No nosso distrito, e de acordo com os dados do último Censos, 16% dos alojamentos estão vagos. Mais de 15 mil alojamentos são o teto de que tanta gente precisa. O Bloco defende a mobilização de edifícios públicos devolutos ou sem utilização para habitação a custos acessíveis, assim como o uso da posse administrativa para conversão de edifícios habitacionais devolutos em habitação a custos controlados.

NA AGRICULTURA Conhecemos bem os impactos dos sistemas intensivos na agricultura. Tanto olival enquanto cada um de nós paga o azeite a peso de ouro e vê a água fugir para o grande negócio. O património natural e histórico vê-se degradado, quando não destruído, a saúde pública em risco e a sustentabilidade ambiental esquecida.

O Bloco defende um modelo de agricultura que transite de uma produção (super)intensiva para uma produção extensiva e multifuncional, assente na segurança alimentar, na sustentabilidade ambiental e nos direitos dos trabalhadores. Para tal, é necessária a adoção de planos regionais de ordenamento e instalação estabelecendo áreas máximas para cada cultura agrícola, promovendo uma paisagem agroalimentar heterogénea. Devem, ainda, ser criados apoios públicos, financiados pela PAC, destinados a serviços de ecossistema e que permitam a produção e consumo de bens alimentares de proximidade e de agriculturas sustentáveis.

Ao atual modelo agrícola está ligada a exploração de trabalhadores portugueses e migrantes. É imperativo assegurar a fiscalização e atuação, responsabilizando quem contrata e também quem beneficia do seu trabalho, garantindo direitos, combatendo redes de exploração e/ou tráfico humano e garantido remuneração justa e condições adequadas.

NA SAÚDE Saudamos a construção do novo Hospital Central do Alentejo, mas sabemos que o SNS se constrói em torno dos seus profissionais. De nada valem as instalações sem recursos humanos. O Bloco defende melhores condições para atrair e fixar os profissionais de saúde, desde logo, através de um regime de exclusividade, com majoração de 40% sobre o salário, sem prejuízo de suplementos previstos na lei, e de 50% nos pontos para progressão na carreira. Mais, em territórios do interior como o nosso, onde a falta de médicos também se sente nos diferentes Centros de Saúde, é fundamental alargar as zonas carenciadas e os incentivos associados, nomeadamente, através da criação de um apoio que cubra as despesas com habitação.

É a gestão pública que assegura o acesso universal, pelo que o Bloco não abdica de uma gestão exclusivamente pública do Hospital Central do Alentejo, assim como da existência de um polo universitário na área da saúde que permita a formação de novos médicos e outros profissionais, assim como políticas de retenção de especialistas que garantam que o novo hospital se torna um local de referência para a formação pós-graduada.

NOS TRANSPORTES A oferta de transportes públicos em número e frequência suficientes e a redução dos preços são essenciais para mudar as dinâmicas de mobilidade, reduzir o transporte privado e dar resposta à emergência climática e social. O Bloco propõe um pacote de investimento no transporte público que garanta, no nosso distrito, a ligação de autocarro entre todos os concelhos em número e horários que sirvam as necessidades da população, bem como novos modelos de recolha de passageiros nos locais mais isolados do território.

A rede de transportes públicos existente, assim como a nova oferta, deve ser gratuita para jovens até aos 25 anos, pessoas com 65 ou mais anos, pessoas com deficiência, beneficiários de prestações sociais e desempregados de longa duração.

O Bloco sabe que a ferrovia é a solução para ligar o país, aumentar a mobilidade das populações, melhorar a qualidade de vida e para combater as alterações climáticas. Por isso, defende um Plano Ferroviário que permita a ligação, entre todas as capitais de distrito, assim como exigimos que a ligação Sines-Évora-Caia garanta o transporte de passageiros.

NOS SERVIÇOS PÚBLICOS O desinvestimento e encerramento de serviços públicos no interior tem tido uma consequência: a desertificação. Aos milhares de serviços encerrados o Governo do PS tem juntado ainda uma política de municipalização de serviços públicos essenciais que apenas agravará desigualdades territoriais. Investir no território passa por reabrir serviços públicos, abrir um processo participado com vista à regionalização.

O Bloco defende a reabertura de serviços públicos nos territórios de baixa densidade, acompanhado de incentivos à fixação de trabalhadores e trabalhadoras do Estado nesses territórios.